



**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JONATAN FROTA MACIEL**

**COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS VANTAGENS  
COMPARATIVAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**FORTALEZA**

**2022**

JONATAN FROTA MACIEL

COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS VANTAGENS  
COMPARATIVAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M138c Maciel, Jonatan Frota.  
Comércio internacional : uma discussão sobre as vantagens comparativas e o desenvolvimento econômico / Jonatan Frota Maciel. – 2022.  
53 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Andre Vasconcelos Ferreira.
1. Vantagens comparativas. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Países centrais. 4. Países periféricos. I.  
Titulo.

CDD 330

---

JONATAN FROTA MACIEL

COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS VANTAGENS  
COMPARATIVAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências econômicas.

Aprovada em: 01/12/2022

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Andre Vasconcelos Ferreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Julio Ramon Teles da Ponte  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Ireleno Porto Benevides  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus

Aos meus pais, Josineide e Alfredo

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus

Aos meus pais, Josineide e Alfredo

À minha esposa, Sabrina Frota, por sempre ter me incentivado a persistir.

Aos meus pais que sempre acreditaram em mim.

Ao Prof. Dr. Andre Vasconcelos Ferreira, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Julio Ramon Teles da Ponte e Ireleno Porto Benevides pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de graduação, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

## **RESUMO**

O objetivo deste estudo é apresentar abordagens distintas no decorrer da história econômica do debate sobre as vantagens comparativas e desenvolvimento econômico. É exposta a teoria das vantagens comparativas e seu desenvolvimento, analisando os argumentos que fundamentam essa teoria e suas ramificações. Em contrapartida, é apresentado os argumentos dos autores que são críticos a essa perspectiva liberal, cujo alguns desses autores são Furtado (2005) e Hobsbawm (2002). Esses autores argumentam que a teoria liberal de livre comércio internacional, baseada em vantagens comparativas, prejudica o desenvolvimento econômico de países periféricos, onde na perspectiva liberal pura, não é eficiente em produzir um desenvolvimento econômico pleno em todas as realidades econômicas. Furtado (2005) defende a ideia de implantação de centros nacionais de decisão válidos, com o objetivo de orientar o desenvolvimento nos países periféricos. Esta pesquisa é teórica-bibliográfica, com o intuito de contribuir para o estudo da relação das vantagens comparativas e desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** Vantagens Comparativas; Desenvolvimento Econômico; Países Centrais; Países Periféricos.

## **ABSTRACT**

The aim of this study is to present different approaches throughout the economic history of the debate on comparative advantages and economic development. The theory of comparative advantages and its development is exposed, analyzing the arguments that support this theory and its ramifications. On the other hand, the arguments of authors who are critical of this liberal perspective are presented, some of which are Furtado (2005) and Hobsbawm (2002). Those authors argue that the liberal theory of international free trade, based on comparative advantages, harms the economic development of peripheral countries, where in the pure liberal perspective, it is not efficient in producing a full economic development in all economic realities. Furtado (2005) defends the idea of implementing valid national decision-making centers, with the aim of guiding development in peripheral countries. This research is theoretical-bibliographic, with the aim of contributing to the study of the relationship between comparative advantages and economic development.

**Keywords:** Comparative advantages; Economic development; Central countries; Peripheral countries.

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** – Vantagem Comparativa ..... **15**

**Tabela 2** – Custo de Oportunidade ..... **16**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 VANTAGENS COMPARATIVAS DE DAVID RICARDO E AS VANTAGENS COMPARATIVAS DINÂMICA .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Modelo Ricardiano .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1.1 Vantagem Comparativa – Ilustração do Modelo .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1.2 Custo de Oportunidade e Vantagem Absoluta .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Vantagens Comparativas Dinâmicas .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2.1 A Intervenção do Estado e a Vantagem Comparativa Dinâmica .....</b>	<b>21</b>
<b>1.3 Vantagem Comparativa Clássica x Vantagem Comparativa Dinâmica .....</b>	<b>23</b>
<b>2 DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E O MODELO DE HECKSCHER – OHLIN .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 Visão Geral Sobre Termos de Troca .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1.1 Deterioração dos Termos de Troca, Uma Tese Cepalina .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Modelo de Heckscher – Ohlin .....</b>	<b>31</b>
<b>3 COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .</b>	<b>36</b>
<b>3.1 A Relação da Discussão Sobre Desenvolvimento Econômico com o Comércio Internacional sob a Perspectiva Estruturalista .....</b>	<b>36</b>
<b>3.2 Exemplos Históricos da Relação do Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico .....</b>	<b>41</b>
<b>3.2.1 Pauta Exportadora .....</b>	<b>41</b>
<b>3.2.2 Desenvolvimento na Inglaterra .....</b>	<b>42</b>
<b>3.2.3 Desenvolvimento nos Estados Unidos .....</b>	<b>43</b>
<b>3.2.4 Desenvolvimento no Japão .....</b>	<b>46</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é compreender o comércio internacional dentro da perspectiva do modelo de desenvolvimento econômico estruturalista. Essa teoria surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com a análise histórica do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos tal análise que foi feita, inicialmente, pelo economista Raúl Prebisch. Na primeira parte desse trabalho é exposto o argumento clássico do comércio internacional, as vantagens comparativas de David Ricardo, que em 2022 continua influenciando o mainstream do pensamento econômico. Na segunda parte desse estudo é demonstrado quando a concepção estruturalista foi aplicada, de forma implícita ou explícita, contrariando, assim, as vantagens comparativas ricardianas.

Nessa pesquisa são apresentados os argumentos dos principais autores estruturalistas nas quais afirmam que as economias periféricas possuem dificuldades estruturais sendo associadas às condições históricas relacionadas ao comércio internacional. Destacam-se, dentre as dificuldades estruturais, a especialização em produtos com pouco valor agregado, geralmente commodities e a deterioração dos termos de troca.

Nesse presente trabalho é analisado o protecionismo no processo de desenvolvimento de países que defendem o livre comércio, em todo o desdobramento do crescimento nacional, negando assim, a própria história. Inglaterra e Estados Unidos são os principais exemplos expostos nesse texto, sendo utilizado para tanto os textos de autores como Bresser Pereira (2010) e Nali de Jesus Souza (1997).

Na trajetória dos países latino americanos, percebeu-se a forte intervenção estatal, com medidas protecionistas na maior parte do processo de industrialização no século XX, algo que também é percebido na trajetória de desenvolvimento dos países europeus, asiáticos e nos Estados Unidos, isso contradiz a aplicabilidade da ideia liberal do livre comércio.

Partindo de uma análise histórica, o pensamento tradicional de vantagens comparativas é insuficiente para explicar o desenvolvimento econômico de todos os países envolvidos no comércio internacional. É destacado nesse trabalho, a ideia da dinamização das economias nacionais, através da intervenção estatal para um possível desenvolvimento, ou seja, é percebido na história do desenvolvimento econômico a

necessidade da intervenção estatal para a proteção da indústria nascente, essa proteção ocorre através de taxas de importação e subsídios.

São objetivos específicos desse trabalho: 1. Analisar as vantagens comparativas de David Ricardo; 2. Analisar as vantagens comparativas dinâmicas, do modelo de Heckscher – Ohlin; 3. Analisar a crítica cepalina, relacionando a teoria com exemplos históricos; 4. Apresentar a produção teórica de autores especializados em comércio internacional e desenvolvimento econômico.

A metodologia de pesquisa, utilizada nesse trabalho consiste em uma pesquisa teórico-bibliográfica, através de uma revisão de literatura do pensamento de autores estruturalistas, como Raúl Prebisch (2000) e autores do mainstream econômico como Paul Krugman (2015).

Esta monografia está organizada em três capítulos: O primeiro possui o título: Vantagens Comparativas de David Ricardo e Vantagens Comparativas Dinâmicas, no qual é feita a análise e comparação de ambas as teorias. O segundo intitula-se: Deterioração dos Termos de Troca e o Modelo de Heckscher – Ohlin, no qual é exposta a crítica ao modelo clássico de livre comércio e a atualização do modelo clássico. O terceiro é intitulado: Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico, no qual é analisado a relação entre o desenvolvimento local com a competitividade no comércio exterior, além da exposição de três exemplos históricos de desenvolvimento econômico.

# 1 VANTAGENS COMPARATIVAS DE DAVID RICARDO E AS VANTAGENS COMPARATIVAS DINÂMICAS

## 1.1 Modelo Ricardiano

De acordo com Ricardo (1996), em um modelo de dois países com a produção de dois bens, com um fator de produção, o valor do montante não aumenta com a ampliação do comércio exterior, em detrimento do aumento das mercadorias. Dado que, os bens do exterior são mensurados pelos produtos e pelo trabalho da região local, que são trocados pelos bens do exterior, onde a quantidade desses bens não interferem na margem de lucro do comerciante, não importa o quanto de mercadorias estrangeiras aumentem, mesmo que o comerciante venda com uma margem de lucro maior no mercado local em relação aos bens importados, pois, os preços se equilibrarão para o preço de mercado.

Há uma discordância desse argumento, com outro do século XIX, que afirma o seguinte: com o aumento do lucro dos comerciantes do mercado internacional, a maior parte do capital vai para esse mercado, de tal modo que, os outros mercados com menos capital investido aumentam os preços das mercadorias devido a demanda, levando ao aumento geral dos preços e lucros; Esse argumento é distinto do pensamento ricardiano, no qual, os lucros dos comerciantes que vendem acima da margem geral de lucros diminuem seus lucros no curto prazo. No entanto, o restante dos mercados não terão menos capital investido, haja vista que a demanda permanece, e caso ela diminua, não gera impacto sobre os preços (RICARDO, 1996).

Assim sendo, quando há compra de bens importados, pode haver o mesmo, tendo menos ou mais produtos dos fatores de produção utilizados. Isso influencia na demanda do mercado interno, ou seja, a demanda por bens internos e externos possuem limites de renda e capital local. Caso haja a diminuição do preço de um bem importado pela metade, a outra metade poderá ser utilizada na compra do dobro do bem importado, ou ser utilizado na compra de bens locais, que eram utilizados para exportação em troca do bem importado. Para aumentar o capital, deve aumentar a renda ou diminuir os custos. (RICARDO, 1996).

A taxa de lucros é maximizada pela redução de salários, mas, esses salários só podem continuar minimizados através da diminuição dos preços dos bens essenciais

para a sobrevivência dos trabalhadores. Então, se através do comércio exterior, ou pelo aumento da produtividade, houver a diminuição dos preços dos produtos essenciais para a sobrevivência dos trabalhadores, isso implica no aumento dos lucros, caso o país importe mais barato esses produtos do que o custo de produzir localmente, aumentando assim, os lucros.

Portanto, os lucros são possíveis quando: através do comércio exterior ou através da produtividade, onde os preços dos bens, que são consumidos pela classe trabalhadora, são minimizados, caso, apenas os bens que são consumidos pela classe abastada tenham a minimização de preços, pelo comércio exterior ou pela maximização da produtividade, isso implica no não aumento de lucros, pois com isso, não é possível diminuir os salários dos trabalhadores.

Em resumo, o comércio exterior só aumenta os lucros do país local se os bens importados forem consumidos pelos salários do fator de produção trabalho, pois, só assim é possível a maximização da taxa de lucro (RICARDO, 1996).

### **1.1.1 Vantagem Comparativa – Ilustração do Modelo**

Segundo Ricardo (1996), uma forma de compreender a vantagem comparativa é através do exemplo de Portugal na produção de vinho. Se Portugal só produzir vinho e não importar tecidos e ferramentas, tem que utilizar capital para a produção desses produtos, que por desvantagens comparativas, possuem menos produtividade que os importados. A diferença das trocas entre países no comércio internacional consiste na quantidade exigida de trabalho na produção desses itens para troca no comércio exterior.

Então, se a Inglaterra utiliza 100 trabalhadores para produzir tecido, e necessita de 120 trabalhadores para produzir vinho, então a Inglaterra deve importar vinho, e se Portugal necessita de 80 trabalhadores para produzir vinho e 90 trabalhadores para produzir tecido, mesmo que Portugal utilize menos trabalho para produzir tecido do que a Inglaterra, o segundo país deve importar o tecido e focar na produção de vinho, pois nesse produto é utilizado menos trabalho.

Segundo Hunt (2013), o caso do vinho e tecido definem bem o conceito de vantagem comparativa, devido a vantagem relativa da Inglaterra em relação a Portugal na produção de tecido, já que a razão do preço do tecido e do preço do vinho da Inglaterra é menor que a razão do preço de tecido e do preço do vinho de Portugal, ou seja, não importa a vantagem absoluta de Portugal em produzir tecido e vinho, compensa mais para Portugal importar tecido da Inglaterra, nisso consiste a ideia ricardiana do comércio ser conveniente para os dois países.

### Vantagem Comparativa <sup>1</sup> – Tabela 1

Vantagem Comparativa: Tecido / Vinho	Bens Individuais		Bens Agregados	
	Tecido	Vinho	Vinho/Tecido	Tecido/Vinho
<b>Inglaterra</b>	<b>100</b>	120	1,20	<b>0,83</b>
<b>Portugal</b>	90	<b>80</b>	<b>0,88</b>	1,12

#### 1.1.2 Custo de Oportunidade e Vantagem Absoluta

Para Krugman (2015), os princípios e a lógica do modelo ricardiano permanecem úteis para entender como funciona o comércio internacional até os dias atuais. As diferenças de fatores de produção entre países permanecem a motivar o comércio internacional, mesmo com o fato dos serviços e manufaturas terem substituído a agricultura como os principais meios de comércio exterior. Outro motivo que ainda fundamenta o comércio internacional são as economias de escala, que cada vez mais se tornam globais e interdependentes. Em outros termos, as diferenças entre países e economias de escala explicam o comércio exterior e são vistos como causas suficientes para não ser um jogo de soma zero. O conceito de vantagem comparativa de Ricardo é um verdadeiro exemplo de princípio econômico.

O exemplo das camélias colombianas no mercado dos Estados Unidos exemplifica as vantagens comparativas ricardianas. O custo de oportunidade para os Estados Unidos cultivarem camélias em fevereiro é maior do que o custo de oportunidade colombiano por motivos naturais (inverno no hemisfério norte e verão no hemisfério sul),

isso aumenta o custo de oportunidade norte americano, já que, o custo de energia e de desperdício de eficiência do fator trabalho é notório (KRUGMAN, 2015).

Tabela de Custo Oportunidade <sup>2</sup> – Tabela 2

<b>Custo de Oportunidade</b>		
	<b>Produção / Quantidade</b>	
<b>Produtos</b>	1000 Computadores	1000 Camélias
<b>Países Produtores</b>	<b>Vantagem Comparativa</b>	
<b>EUA</b>	200 Camélias (v.c.)	5000 Computadores
<b>COLÔMBIA</b>	2000 Camélias	500 Computadores (v.c.)
	<b>Observação:</b>	V.C.: Vantagem Comparativa

Na tabela 2 é visto que os Estados Unidos possuem vantagem comparativa na produção de 1000 computadores, pois o custo de oportunidade são 200 camélias. Para a Colômbia, o custo de oportunidade para produzir 1000 computadores são 2000 camélias, já na produção de camélias, quem possui vantagem comparativa é a Colômbia, porque, para a produção de 1000 camélias o custo de oportunidade são 500 computadores, já para os Estados Unidos o custo de oportunidade para produzir 1000 camélias, são 5000 computadores. (KRUGMAN, 2015).

O exemplo dos computadores como custo de oportunidade para cultivo das camélias nos Estados Unidos elucidada o conceito de custo de oportunidade, pois, além do desperdício da mão de obra capacitada, não há o aumento do bolo econômico, visto que, se a Colômbia focar na produção de camélias nesse mercado e exportar para os Estados Unidos, devido a vantagem comparativa da Colômbia na produção de camélias, a quantidade de camélias no mercado mundial continuará sendo o mesmo.

Caso os Estados Unidos foquem no mercado de computadores com os recursos que seriam utilizados para o cultivo de camélias, devido a vantagem comparativa de melhores profissionais para produzirem computadores, a quantidade de computadores no mercado mundial aumenta, além do aumento do bolo econômico, no caso, haverá o benefício em ambos os lados, na produção dos produtos que possuem vantagem comparativa em usar os recursos locais de forma mais eficiente. (KRUGMAN, 2015).

Em resumo, o modelo ricardiano consiste na determinação do comércio internacional ser baseada na diferença de produtividade de mão de obra entre os diferentes locais no mundo, tendo como pressuposto que cada país tem uma fronteira de possibilidade de produção. O modelo ricardiano é mais simples do que a realidade do comércio internacional atual, uma vez que, nesse modelo a realidade é simplificada, além de possuir apenas um fator de produção, que consiste no fator trabalho. (KRUGMAN, 2015).

De forma simples, se um trabalhador é capaz de produzir item A em uma hora, e o mesmo trabalhador é capaz de produzir o item B em duas horas. O item A é vendido por três unidades da moeda local, o item B é vendido por quatro unidades da moeda local, caso seja considerado que não há lucro capitalista e o valor sendo repassado integralmente para o trabalhador, ele irá preferir produzir o item A, pois apenas levará uma hora, já que a remuneração no modelo ricardiano é por hora de trabalho. Já no item B, por levar duas horas para produzi-lo, a remuneração são duas unidades de moeda local por hora, e no item A, a remuneração são três unidades da moeda local por hora, assim sendo, a especialização desse mercado doméstico será no produto A, e caso o preço do item A diminua para uma unidade da moeda local por hora, a mão de obra local vai migrar para o item B. (KRUGMAN, 2015).

Segundo Mankiw (2008), há a vantagem absoluta, que significa o menor custo para a produção de um bem, quando ocorre essa situação, diz-se que o país que tem o menor custo para produzir o item D tem vantagem absoluta em relação a outro país que precisa de mais insumos para produzir o mesmo item D. O que diferencia a vantagem absoluta da vantagem comparativa é o custo de oportunidade, quando se compara apenas os insumos, a conclusão óbvia está na vantagem absoluta, pois, todavia, quando se comparam os custos de oportunidades, a realidade muda, sendo um país que sempre possuirá vantagem comparativa em relação a outro país na produção de algum produto.

No entanto, é impossível que em um país tenha vantagem comparativa na produção de todos os produtos. Assim sendo, o cerne da teoria das vantagens comparativas é o custo de oportunidade entre dois países, o produto que tem menor custo de oportunidade relativo deve ser produzido.

Apesar do conceito de vantagem comparativa ter sido sistematizado de fato com Ricardo no livro Economia Política e de Tributação, Adam Smith já entendia essa

ideia, porém o pensamento de Smith foi limitado à vantagem absoluta, isso pode ser conferido no trecho abaixo conforme Smith apud Mankiw (2008):

A máxima que todo chefe de família prudente deve seguir é nunca tentar fazer em casa o que lhe custará mais caro fazer do que comprar. O alfaiate não tenta fabricar seus sapatos, mas os compra do sapateiro. O sapateiro não tenta confeccionar suas próprias roupas, mas os compra do alfaiate. O fazendeiro não tenta fazer nem um nem outro, mas se vale desses artesãos. Todos constataam que é mais interessante usar suas capacidades naquilo em que tem vantagem sobre seus vizinhos e comprar, com parte do resultado de suas atividades, ou, o que vem a dar no mesmo, com o preço da parte delas aquilo de que venham a precisar. (Mankiw, 2008, p. 53)

O princípio da vantagem comparativa permanece válido para entender o comércio internacional. Os economistas que defendem o livre comércio se baseiam, de forma majoritária, no princípio da vantagem comparativa. (MANKIW, 2008).

De acordo com Istake (2003), a vantagem absoluta de Smith consiste em aumentar a produção do que é mais eficiente e exportar esse bem, o bem que possui produção menos eficiente deve ter a produção interna reduzida e outra parte para compor a demanda interna deve ser importada. A vantagem comparativa de Ricardo foi uma evolução da vantagem absoluta, esses pensamentos se diferem no seguinte ponto: O comércio entre dois países deve ocorrer mesmo que um país tenha vantagem absoluta nos dois bens, desde que, a quantidade relativa do fator trabalho na formação desses produtos seja distinta entre as duas economias, ou seja, a teoria das vantagens comparativas não considera como condição a ser satisfeita para o comércio exterior ser realizado a quantidade de trabalho absoluta, mas sim, a quantidade relativa de trabalho.

## **1.2 Vantagens Comparativas Dinâmicas**

Para Braga (1988), apesar do Brasil não ter se desenvolvido como outros países emergentes, o viés protecionista em relação a indústria nacional a partir dos anos sessenta foi de fundamental importância para o crescimento industrial brasileiro na década seguinte e início da década de oitenta. Dessa forma, esse processo influenciou positivamente a renda do país, apesar da conjuntura internacional de crises do petróleo.

Esse desenvolvimento industrial brasileiro não foi direcionado pela noção clássica de vantagens comparativas.

De acordo com Redding (1999), as vantagens comparativas dinâmicas possuem relação com o bem estar do comércio. Os países em desenvolvimento encaram o trade-off que consiste em praticar a teoria clássica de Ricardo das vantagens comparativas, ou entrar em mercados que a priori não possuem vantagens comparativas. Geralmente esses mercados são mais tecnológicos e a vantagem comparativa é delimitada de forma endógena pela tecnologia anterior empregada até então em qualquer mercado, isto significa que um país pode construir uma vantagem comparativa através do aumento da produtividade baseada no avanço tecnológico e com isso alcançar um grau mais elevado de concorrência no comércio internacional, dessa forma, maximiza o seu bem-estar e dos países com o qual comercializa, se o país seguir a teoria tradicional de vantagem comparativa pode ser que limite o bem-estar de um mercado qualquer.

Um exemplo que não é necessário uma vantagem comparativa pura no início de uma indústria para que ela se torne competitiva é o da indústria de aço na Coreia do Sul, que se desenvolveu fortemente a partir de 1973, apesar de não possuir vantagens comparativas em relação ao Japão e outros países, porém, com a intervenção do governo sul coreano, com medidas como o subsídio do custo de capital, a indústria de aço sul coreana em 1988 se tornou competitiva nesse segmento, tendo como forte característica o baixo custo de produção.

Esse é o dilema de muitos países em desenvolvimento, pois possuem vantagem comparativa em setores de baixa tecnologia nos quais os produtos derivados desse setor possuem pouco valor agregado e não possuem vantagem comparativa, a priori, em segmentos que necessitam de tecnologia de ponta para a produção, porém no longo prazo, com forte investimento em tecnologia, pode ser que haja o aumento da produtividade no setor de produtos com maior valor agregado. (REDDING, 1999).

O conceito de vantagem comparativa dinâmica consiste na vantagem comparativa endógena em modelos de comércio exterior dinâmicos. Com isso há a adição de um segundo conceito dinâmico ao conceito original de vantagem comparativa, as vantagens comparativas dinâmicas se propõem explicar o desenvolvimento dos fatores reais do mercado internacional, como políticas comerciais ativas podem aumentar o bem-

estar do comércio internacional, políticas essas que podem possuir cunho protecionista e necessitam que sejam passageiras.

O modelo ricardiano é estático, ou seja, é um modelo de vantagem comparativa estática no segmento de pouca tecnologia, quando o custo de oportunidade da economia doméstica é menor para produzir bens com pouco valor agregado do que em outros locais, esse custo de oportunidade baixo é a condição que deve ser satisfeita para a produção doméstica desses produtos em um comércio internacional livre. (REDDING, 1999).

Em duas economias a vantagem comparativa depende da produtividade de cada local, que é influenciada por fatores como clima, leis, modificações tecnológicas anteriores, entre outras variáveis. Assim sendo, a vantagem comparativa é derivada das modificações tecnológicas até então, com isso há uma alocação dos fatores de produção nos segmentos, isso ocasiona as taxas de crescimento tecnológico em diversos setores da economia. No modelo ricardiano, a economia local com pouco avanço tecnológico se especializa no mercado com produtos que necessitam de pouca tecnologia, já o estrangeiro se especializa no setor que os produtos necessitam de mais tecnologia. (REDDING, 1999).

Segundo Schumpeter (1997), o avanço tecnológico é a base para o desenvolvimento de um país, esse avanço é composto pelo empresário que inova em um mercado, no qual o crédito é necessário para que a inovação possa prosperar. Para isso, o país precisa ter um ambiente de negócios saudável para ter investimentos em inovações tanto incrementais quanto inovações disruptivas.

A especialização modifica a taxa de crescimento tecnológico entre os setores das economias, a produtividade determina a vantagem comparativa e a alocação dos recursos limitados, esse mecanismo retroalimenta o crescimento tecnológico de um país, assim sendo, a vantagem comparativa dinâmica é uma variável endógena em relação ao bem-estar do comércio exterior, que aloca os recursos e tem efeitos dinâmicos no bem-estar do comércio internacional. (REDDING, 1999).

### 1.2.1 A Intervenção do Estado e a Vantagem Comparativa Dinâmica

A especialização vinculada a vantagem comparativa clássica, sem intervenção do Estado, causa três consequências no bem-estar do comércio internacional, dentre eles: em primeiro lugar, a alocação do fator trabalho para o setor de pouca tecnologia no mercado doméstico, em segundo lugar, o mercado doméstico não aproveita qualquer potencial de aprendizado com a produção de alta tecnologia, em terceiro lugar, o estrangeiro exporta o resultado do desenvolvimento tecnológico para o doméstico, o doméstico se beneficia de forma indireta, porém, deixa de se desenvolver em alta tecnologia. (REDDING, 1999).

A intervenção do Estado em investimento de alta tecnologia, pode ou não, gerar um aumento do bem-estar do mercado doméstico em relação ao mercado estrangeiro no decorrer do tempo. A taxa de aprendizagem tanto no mercado local, como no estrangeiro voltada para a alta tecnologia, depende do tamanho das perspectivas econômicas e do potencial de aprendizagem de cada economia, esses efeitos dinâmicos no comércio internacional sobre o bem-estar indicam que o livre comércio não é o único caminho para o aumento do bem-estar no comércio exterior, mas para isso ocorrer, a taxa de crescimento tecnológico no livre comércio deve ser menor que a taxa de crescimento tecnológico com intervenção estatal, isso deve gerar a taxa de crescimento da utilidade instantânea maior do que a taxa de aprendizagem no segmento de pouca tecnologia. (REDDING, 1999).

O bem-estar de uma economia tende a aumentar quando a economia local investe em alta tecnologia, pois a taxa de aprendizagem aumenta, derivando um aumento da produtividade, um país tem mais probabilidade de aumentar a taxa de aprendizagem se ele mesmo produzir os próprios produtos com elevado valor agregado. (REDDING, 1999).

O equilíbrio na economia internacional possui a principal característica quando a economia em desenvolvimento se especializa em produtos com pouca tecnologia, enquanto a economia avançada se especializa em setores com maior tecnologia, porém, para mudar esse cenário com intervenção política é fundamental que se avalie antes a taxa potencial de aprendizagem da economia local no setor de alta tecnologia, mesmo sem vantagem comparativa estática. (REDDING, 1999).

Se a taxa de aprendizagem estimada for significativa, a intervenção política deve compensar essa diferença, pois resulta em um aumento da taxa de crescimento tecnológico, implicando em uma séria avaliação da produtividade dinâmica e no tempo estimado para gerar a vantagem comparativa no setor investido. A política mais conhecida, que tem como objetivo aumentar a produtividade no setor, que a priori possui desvantagem comparativa, consiste em subsídios para a produção financiados por impostos, caso os ganhos estáticos para a economia, resultantes da vantagem comparativa clássica, forem menores que os ganhos resultantes sob o subsídio para a produção, a alternativa da intervenção política será racionalmente aceitável considerando o período de tempo. (REDDING, 1999).

Essa mudança de padrão na especialização da economia em desenvolvimento, resulta em um crescimento de produtividade, que implica em ganhos dinâmicos no bem-estar na economia internacional, pois o estrangeiro tende a se especializar também em produtos com pouco valor agregado, resultando em ganhos nos termos de trocas dependendo do potencial de aprendizagem do local em alta tecnologia e do estrangeiro em baixa tecnologia para que ocorra essa inversão do equilíbrio para o equilíbrio dinâmico.

O ponto mais importante dessa inversão dependerá se as duas economias irão possuir o mesmo crescimento de utilidade instantânea para que haja aumento de bem-estar no comércio exterior e ganhos nos termos de trocas sob políticas intervencionistas. Essa taxa de crescimento de utilidade deve ser maior sob os subsídios do que no comércio internacional livre entre o local e o estrangeiro, porém, o que fica claro, é que se essa condição para crescimento ocorrer no país em desenvolvimento, isso deve ocorrer também no país desenvolvido. Entretanto, em setores invertidos, essa taxa de crescimento deve ser suficiente para compensar a queda de utilidade instantânea no curto prazo, tanto para o país em desenvolvimento quanto para o país desenvolvido. (REDDING, 1999).

O subsídio para a produção nas economias em desenvolvimento pode maximizar o bem-estar intertemporal em todos os setores da economia, com isso, poderá melhorar a alocação mundial dos recursos escassos e um pleno desenvolvimento em diversos segmentos tanto para economias locais quanto para as economias estrangeiras. Porém, identificar essas taxas de aprendizagem na prática são complicadas para a formulação de políticas públicas bem elaboradas, o exemplo do leste asiático com força

de trabalho significativa, pode ser considerado um caso real de identificação de potencial de desenvolvimento local com desvantagem comparativa inicial. (REDDING, 1999).

### **1.3 Vantagem Comparativa Clássica x Vantagem Comparativa Dinâmica**

O conceito mais simples de vantagem comparativa dinâmica é bem próximo ao conceito original de vantagem comparativa. Esse conceito consiste na taxa de crescimento do custo de oportunidade em um setor de baixa tecnologia do país em desenvolvimento ser menor por um período de tempo do que no estrangeiro, ou seja, há uma análise dos custos de oportunidade ao longo do tempo, enquanto a vantagem comparativa tradicional analisa os padrões comerciais em determinado momento no tempo, assim sendo, a vantagem comparativa dinâmica analisa as mudanças dos padrões comerciais. (REDDING, 1999).

Na perspectiva clássica, a especialização da economia local deve ser aonde há vantagem comparativa, mesmo que em setores de baixa tecnologia. Contudo, nesse interim, o custo de oportunidade aumenta no decorrer do tempo para sair do setor de baixa tecnologia. Já na economia estrangeira o custo de oportunidade para produzir em setores de baixa tecnologia aumenta com o decorrer do tempo, ou seja, a vantagem comparativa inicial do país em desenvolvimento em baixa tecnologia aumenta no decorrer do tempo, isso no modelo clássico de livre comércio. Com a inclusão do subsídio, a economia local terá uma desvantagem comparativa inicial, que se reverterá em vantagem comparativa dinâmica no decorrer do tempo no setor de alta tecnologia, já que o custo de oportunidade aumenta para a economia local em produzir itens com pouca tecnologia e o custo de oportunidade diminui no estrangeiro para produzir itens com pouca tecnologia.

Esse mecanismo tende a se tornar o padrão, ao ponto de não ser necessário intervenção estatal infinita em quaisquer setores de alta tecnologia no país local, assim sendo, a tendência é que o país em desenvolvimento consiga um crescimento tecnológico suficiente para conseguir um desenvolvimento sustentável e continuar a especialização nos setores que possuem bens com maior valor agregado. (REDDING, 1999).

São claras as diferenças entre as vantagens comparativas vinculadas ao livre comércio e as vantagens comparativas vinculadas à políticas comerciais

intervencionistas, ou seja, é possível que a intervenção estatal melhore o bem-estar de um país em desenvolvimento, caso satisfaça as condições discutidas acima, vale ressaltar a condição de aumento do bem-estar intertemporal satisfeita, se o bem-estar de uma economia no futuro não melhorar com o subsídio, é mais viável para um formulador de política econômica não aplicar o subsídio, ou seja, a utilidade tem que se tornar maior com um incremento do subsídio do que com um comércio sem subsídio na série temporal analisada. (REDDING, 1999).

O setor que não tem vantagem comparativa estática inicial alcançará essa vantagem comparativa estática em algum momento no decorrer do tempo, mas a condição para essa transformação de vantagem comparativa estática é a vantagem comparativa dinâmica da economia local no setor com intervenção política. (REDDING, 1999).

Portanto, pode ser entendido que há um trade-off nas economias em desenvolvimento em optar pela vantagem comparativa estática, ou vantagem comparativa dinâmica, ou com o mesmo sentido, entre vantagem comparativa estática atual ou vantagem comparativa estática futura. (REDDING, 1999).

## 2 DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E O MODELO DE HECKSCHER - OHLIN

### 2.1 Visão Geral Sobre Termos de Troca

O conceito de termos de troca consiste na razão entre os preços das exportações e os preços das importações de um país qualquer,  $P_x/P_m$ , quando essa razão aumenta, significa que teve uma otimização dos termos de trocas, com isso a renda real do país aumenta, mantido as outras variáveis constantes. Essa otimização é percebida na renda interna bruta real e não no produto interno bruto real. Os ganhos de comércio são derivados da diferença da renda bruta real e o produto interno bruto real. (BASTOS, 2016).

Ocorre uma relação positiva entre variações nos termos de troca e crescimento econômico de um país, porém, isso não é um axioma, por exemplo, nos últimos três trimestres de 2016 no Brasil o crescimento da razão dos termos de troca não refletiu no crescimento do principal indicador de riqueza nacional, no caso, houve uma retração do produto interno bruto brasileiro. A literatura sobre os termos de troca afirma que existe relação entre termos de troca e crescimento econômico de um país, ocorre um forte impacto entre a variação dos termos de troca e a distribuição dos lucros derivados do aumento de produtividade entre os países fortemente industrializados e os países agrário-exportadores. As variações dos termos de troca das commodities possuem relação com o crescimento econômico potencial. (BLACK, 2018).

Há uma provável tendência de deterioração dos preços dos produtos com pouco valor agregado, produzidos pelos países subdesenvolvidos em relação aos preços dos produtos com maior valor agregado, produzidos pelos países desenvolvidos, essa tendência indica uma não equitativa distribuição dos ganhos derivados do progresso tecnológico, o que leva um crescimento do pib per capita dos países periféricos menor do que o pib per capita dos países centrais. Segundo essa perspectiva, a diferença de renda ocorre por dois motivos principais, além da não distribuição dos ganhos derivados do aumento de produtividade por parte dos países desenvolvidos, os países centrais arrebatam parte do avanço técnico dos países subdesenvolvidos, e com o aumento da

distância de ganhos comerciais entre os países do centro e países da periferia da economia mundial, a restrição externa dos países periféricos só aumenta e a aptidão para importar por parte dos países subdesenvolvidos define. (BLACK, 2018).

Não há consenso unânime sobre a controvérsia da deterioração dos preços das commodities, em relação aos preços dos manufaturados, no entanto, é fato que os preços das commodities são mais instáveis do que os preços dos manufaturados, isso causa insegurança e reflete de forma negativa nos investimentos, isso é um dos fatores que dificulta políticas macroeconômicas. (BLACK, 2018).

### **2.1.1 Deterioração dos Termos de Troca, Uma Tese Cepalina.**

Incentivar de forma mais intensa a produção e exportação de produtos agrícolas em detrimento da produção e exportação industrial em um país é incentivar a volta desse país para o estado de colônia, esse incentivo voluntário ou involuntário, resulta em apenas benefício das nações já desenvolvidas, no caso do Brasil da primeira metade do século XX, o país passou de forma intensa por essa situação, isso o deixou em uma posição vulnerável no cenário econômico internacional. (SIMONSEN, apud RODRIGUES, 2020).

As trocas entre um país subdesenvolvido que exporta produtos de pouco valor agregado, ou seja, com pouca recompensa, e um país desenvolvido industrialmente que exporta produtos com muito valor agregado, ou seja, com muita recompensa, implica em um favorecimento do país mais industrializado, isso é uma das variáveis que causam os diferentes níveis de renda entre os países, os mais industrializados aumentam cada vez mais a renda e os menos industrializados permanecem com um baixo nível de renda. (SIMONSEN, apud RODRIGUES, 2020).

Os países altamente industrializados possuem uma parcela consideravelmente superior no comércio internacional, enquanto os que dependem da exportação de produtos primários, possuem pouca relevância no comércio exterior, isso caracteriza uma inferioridade histórica no comércio internacional dos países que exportam de forma majoritária commodities, assim sendo, há uma vantagem de um lado e uma desvantagem do outro nos termos de troca, ocorrendo assim uma flutuação distinta dos preços dos bens

com pouca tecnologia e dos preços dos bens altamente industrializados, com isso, ocorre uma óbvia diferença entre o aumento dos preços dos bens manufaturados e o aumento dos preços dos bens primários, isso prejudica os produtores das commodities, deteriorando assim os termos de troca, além do fato dos produtores de bens primários não determinarem os preços das commodities, e sim, os países com maior força no mercado internacional. (SIMONSEN, apud RODRIGUES, 2020).

Nos ciclos econômicos há sempre uma deterioração dos termos de troca dos países periféricos da América Latina, até a segunda guerra mundial, os benefícios do comércio internacional eram quase na totalidade usufruídos tão somente pelos países mais industrializados, isso foi devido ao aumento do lucro dos empresários dos países do centro do comércio internacional, pois, sempre que um produto alcança um alto nível de desenvolvimento tecnológico na produção, minimiza os custos e aumenta a produtividade, os preços no momento de crescimento do ciclo aumentam e permanecem altos mesmo no período descendente do ciclo econômico, isso ocorre porque os salários do setor de mais tecnologia são mais altos. (PREBISCH apud RODRIGUES, 2020).

Na fase ascendente do ciclo, os preços dos produtos primários aumentam mais do que os preços dos produtos industriais, na fase descendente do ciclo, a queda dos preços dos produtos primários é maior que a queda dos preços dos produtos industriais, no panorama geral do ciclo, os preços dos produtos primários diminuem. (SOUZA, 1997).

A principal falha do pensamento clássico sobre comércio internacional consiste em generalizar realidades específicas, para esse pensamento ter validade, todos os países precisam fazer parte do grupo de países industrializados, para que os rendimentos do comércio exterior sejam distribuídos entre as classes indiscriminadamente, porém, os países que constituem o comércio internacional não são apenas os países do centro da economia internacional, os países periféricos também estão inclusos. (PREBISCH, 2000).

Segundo Hobsbawm (2002), o liberalismo aumentou a produção mundial, proporcionou o aquecimento do comércio internacional, com isso, a industrialização alcançou uma parte significativa de países, ocorreu um forte crescimento econômico mundial, no entanto, esse processo ocasionou depressões econômicas em planos específicos. Os períodos de declínio econômico atingiram fortemente os lucros, os preços e os juros, isso consistiu em uma contradição dentro do capitalismo, essa situação ficou

evidente no fim do século XIX, a partir da década de 1870, quando os lucros despencaram no setor agrícola, pois além de outros fatores explicativos, a oferta mundial dos produtos agrícolas se tornou abundante e a concorrência mundial aumentou, apesar de nesse mesmo período ter uma alta da produção na perspectiva global.

De acordo com Hobsbawm (2002), o maior problema entre 1873-1896 foi a deflação de preços na Europa, isso ocorreu nesse período por que o crescimento da produção mundial foi insuficiente para compensar a redução dos preços e consequentemente dos lucros, pois, com o aumento da eficiência derivada da industrialização, os bens de capital cada vez mais modernos e caros, ficaram ociosos, pois o mercado de consumo de bens finais não acompanhou o ritmo produtivo. As principais consequências dessa contradição capitalista foram as formações de cooperativas e uma forte emigração.

Para Hobsbawm (2002), após esses acontecimentos, o protecionismo se tornou mais presente no comércio de mercadorias, mas não nas transações financeiras e de mão de obra, o protecionismo não implicou em uma diminuição da produção industrial mundial, foi percebido o aumento e uma melhor distribuição da industrialização mundial. A concorrência imperfeita resultou na concentração de poder de mercado em esferas específicas pelo mundo, com o objetivo de aumentar os lucros que foram sufocados pela deflação e aumento da concorrência, isso implicou em economias com fortes monopólios e oligopólios, então, foi percebido que a economia liberal permite um equilíbrio mundial, mas não específico. A economia mundial é formada por economias nacionais e rivais.

Os benefícios do liberalismo são principalmente para os países industrializados em detrimento aos países subdesenvolvidos, esse é um dos principais motivos da diferença significativa da qualidade de vida das populações dos países industrializados para a qualidade de vida das populações dos países agroexportadores. Assim sendo, a divisão de especialização entre os países conforme a teoria tradicional é insuficiente para os benefícios do comércio internacional alcançarem todos os países do mundo, a solução para esse problema é o progresso tecnológico dos países periféricos. (PREBISCH, 2000)

Desenvolver a indústria local não implica em deixar de investir ou exportar bens com pouco valor agregado, inclusive, investir em maquinários mais tecnológicos na produção desses bens é aceitável para o pleno desenvolvimento do país, já que no início

da industrialização local, é necessário continuar com uma forte exportação de produtos primários, pois, a importação de bens de capital tem significativa importância para o crescimento industrial, com isso, há crescimento de capital na economia local (PREBISCH, 2000).

Segundo Hobsbawm (1977), durante o processo de industrialização britânico, existia um monopólio das terras por parte de alguns proprietários, terras essas que eram cultivadas por arrendatários, esse fato gerou empregos para agricultores, esse modelo tinha o intuito de maximizar lucros, então, a agricultura no processo de industrialização já possuía os requisitos básicos para desempenhar suas funções na Revolução Industrial Inglesa. As funções da agricultura se dividem em três principais e duas secundárias, as principais são: Maximizar a produção e produtividade com o objetivo de alimentar a população não rural que crescia fortemente; Disponibilizar trabalhadores para a indústria; Acumular capital para ser utilizado no setor industrial. As duas funções secundárias são: Estabelecer um mercado na zona rural (parte significativa da população até então); Produzir excedente de exportação de produtos agrícolas para auxiliar nas importações de bens de capital.

Segundo Colistete (2001), as causas para o subdesenvolvimento dos países periféricos são o tardio desenvolvimento da indústria, com isso, a diversidade do processo produtivo local se constitui como limitada, isso resulta em não difundir o progresso tecnológico, pois, a mão de obra não é alocada de forma eficiente, o potencial não é explorado e isso implica em salários reais mais baixos, isso contradiz a teoria clássica de especialização do fator trabalho em uma economia, pois, esses efeitos negativos se consolidam no decorrer do tempo nos países periféricos, já que para um país se desenvolver de forma consistente o caminho é o progresso tecnológico, isso é percebido desde a Revolução Industrial.

Para Colistete (2001), a diferença de desenvolvimento industrial entre os países centrais e os países periféricos é clara, isso por si só, é suficiente para haver a diferença de renda entre os países dos distintos polos econômicos, fato esse que é agravado pela diferença de preços de exportação de bens primários e bens manufaturados, isso atinge negativamente os países periféricos, resultando assim na deterioração dos termos de troca.

De acordo com Silva (2003), no Brasil entre 1945 e 1979 as políticas econômicas foram direcionadas para reverter os efeitos da deterioração dos termos de troca, é observado nesse período a valorização do câmbio e com isso as exportações com demanda inelástica financiaram a importação de bens intermediários, a mudança de perfil dos bens importados é outra característica dessa tentativa de reversão e recuperação do tempo perdido, é necessário não aceitar a ideia da economia periférica ser complemento da economia central.

Para Gonçalves (1982), o período que teve maior deterioração dos termos de troca no Brasil foi entre 1870 e 1939. Nos países mais pobres percebe-se na prática a lei de Engel, quanto menor a renda de uma família, maior será a parcela do orçamento com alimentos e bens primários em geral, e quanto mais a renda aumenta, menor a parcela do orçamento é consumido em bens primários, a renda média dos países industrializados tende a ser alocada de forma heterogênea em relação à renda média dos países subdesenvolvidos, essa tendência resulta da deterioração dos termos de troca.

Segundo Silva (2016), a tese da deterioração dos termos de troca permanece válida no século vinte um, mesmo com o aumento dos preços dos bens primários, os preços dos bens industrializados também aumentaram e com isso a tendência ao longo prazo de deterioração dos termos de troca permanece.

Para Silva (2016), de fato, os pressupostos dessa tese são as diferentes elasticidades renda. A elasticidade renda por produtos primários é baixa, ou seja, quanto maior a renda, menor a demanda por bens primários e a elasticidade renda por produtos manufaturados é alta, ou seja, quanto maior a renda, maior a demanda por produtos manufaturados. Isso resulta em preços proporcionalmente menores para os países periféricos, com isso, os salários são menores, isso resulta em renda média menor, os ganhos do progresso técnico do comércio internacional não são absorvidos pelos salários do fator trabalho nos países subdesenvolvidos, esses pressupostos continuam sendo percebidos no século vinte um, apesar de ter sido mitigado no decorrer do tempo.

Segundo Furtado (2005), o subdesenvolvimento no mundo é derivado de um processo histórico, no qual o mundo é diferenciado entre centro e periferia, e essa diferença se agrava quando o assunto é a capacidade de maximizar a renda média, pois, os países centrais possuem maior capacidade, isso implica em estilos de vida da população dos polos serem distintas.

Para Silva (2016), como os ganhos com o comércio internacional são desiguais entre os polos, isso resulta em equalizações diferentes das remunerações do fator trabalho entre os países desenvolvidos e entre os países subdesenvolvidos, a tese da deterioração dos termos de troca é um argumento significativo para políticas públicas com foco na ação estatal, como a política de substituição de importações. A tese cepalina resultou em atitudes políticas de resistência dos países emergentes em detrimento aos conselhos dos países desenvolvidos que apontam sempre para o livre comércio independente do estado atual de desenvolvimento econômico dos países emergentes, nisso consiste a importância dessa tese.

## **2.2 Modelo de Heckscher – Ohlin**

O modelo de Heckscher – Ohlin é a perspectiva neoclássica sobre as vantagens comparativas. Em última instância, esse modelo implica em trocas de fatores escassos por fatores abundantes, essa teoria simplifica a realidade em duas regiões, dois fatores e dois produtos, difere apenas na quantidade de fatores do modelo ricardiano. (ISTAKE, 2003).

O que inspirou Ohlin a desenvolver essa teoria foi o modelo de equilíbrio geral de Cassel, ele adaptou a dotação de fatores, tecnologia e preferência dos consumidores de acordo com o artigo de seu ex professor Heckscher, dessa forma, pode-se ter a aplicação na compreensão de como funciona o comércio internacional e inter-regional. (GONÇALVES, 1998).

A teoria sobre o funcionamento da economia internacional de Heckscher – Ohlin pode ser dividida em quatro teoremas, o teorema de Heckscher - Ohlin, que consiste na especialização de cada país na produção intensiva no fator abundante, o teorema da equalização do preços dos fatores de produção, que consiste na equalização das remunerações dos fatores sob as diretrizes do livre comércio e não do Estado, o teorema de Rybczynski, que consiste no aumento da oferta de um fator e isso resulta no aumento da produção e do produto de forma intensiva, o teorema de Stolper – Samuelson, que consiste no benefício do comércio para o fator abundante, isso se reflete em remunerações maiores para o fator abundante em relação ao fator escasso.

Os pressupostos do modelo de Heckscher – Ohlin são: existem dois fatores de produção; existem dois bens em dois países; o comércio é livre entre países sem barreiras comerciais; a tecnologia em ambos é igual; retornos constantes em escala; a remuneração dos fatores é relativa entre os países; as preferências dos consumidores são idênticas em ambos os países; a balança comercial em ambos os países é constantemente equilibrada. (ISTAKE, 2003).

A mão de obra não é o único fator de produção existente como é postulado no modelo ricardiano, assim sendo, a vantagem comparativa não pode ser definida apenas baseada na produtividade, sem dúvida, o fator trabalho é fundamental para a determinação nas relações comerciais, mas deve ser acrescentado os recursos de cada país nessa equação. No modelo Heckscher – Ohlin, os recursos são a base para o comércio internacional, esse modelo foi também conhecido como o modelo da proporção de fatores. No modelo Heckscher – Ohlin os fatores de produção são móveis no longo prazo, o capital pode ser investido tanto em fábricas, como em terras e as terras podem ser utilizadas tanto para a produção de alimentos como pode servir para a construção de um complexo industrial. (KRUGMAN, 2015).

No modelo ricardiano se fala em quantidade necessária de fatores de produção, no modelo de proporção de fatores se diz quantidade utilizada de fatores de produção, isso se dá, pois no modelo ricardiano não há espaço para escolha entre insumos. Quando existem apenas dois fatores de produção (capital, trabalho) e esses fatores podem ser substituídos um pelo outro em um processo produtivo, o custo de oportunidade para produzir mais tecidos aumenta de acordo com a decisão de produzir mais tecidos do que alimentos, o preço relativo do tecido é o equivalente ao custo de oportunidade de produzir mais tecidos em vez de alimentos. (KRUGMAN, 2015).

No modelo de Heckscher – Ohlin, o dono de um empreendimento qualquer, é detentor da possibilidade de escolha entre mais trabalhadores ou mais máquinas, o que define essa decisão são os custos relativos de se produzir com esses fatores, a escolha entre qual fator será mais utilizado ocorre de acordo com o custo proporcionalmente menor, se o custo de utilizar capital para produzir qualquer produto é menor do que o custo de se utilizar mão de obra, se diz que a produção desse produto é capital intensiva.

O custo de produção tem relação com os preços dos fatores e isso influencia nos preços dos bens finais, mas para que esse efeito seja significativo, o fator utilizado

deve ser em grande quantidade no processo produtivo, para que o aumento do preço do fator gere impacto. O aumento relativo de preços entre os fatores aumenta a renda real dos proprietários do fator que os preços estão mais altos em detrimento da renda real dos proprietários do fator que os preços estão mais baixos, isso causa um impacto real na distribuição de renda. (KRUGMAN, 2015).

Quando uma fronteira de possibilidade de produção se expande desproporcionalmente em direção a um produto, é por que esse produto é derivado de uma oferta maior de um fator de produção em detrimento ao outro fator de produção, ou seja, quando há recursos locais em quantidades diferentes, isso significa que um fator é mais abundante, nisso consiste a perspectiva de comércio internacional para o modelo Heckscher – Ohlin, a produção de bens oriundos de fatores relativamente abundantes é mais eficiente. Preços e demandas relativas iguais para dois bens em países diferentes, além de mesmo nível de avanço tecnológico, nesse cenário, o que diferencia os países é a proporção de fatores e não a quantidade absoluta de fatores. (KRUGMAN, 2015).

Quando não há comércio entre dois países, o produto que é oriundo do fator abundante possui oferta relativa maior internamente, como não há comércio internacional e há maior oferta relativa local, o preço relativo desse produto no mercado interno é menor do que no país estrangeiro. Quando há comércio entre dois países, os preços relativos entre os dois países se encontram, ocorre uma equalização de preços (através da exportação de uma parcela do fator de produção abundante), o preço relativo do produto oriundo do recurso abundante do país local aumenta no mercado interno e diminui no mercado externo, um preço de equilíbrio surge.

O país exporta o produto que o preço relativo aumentou com o comércio exterior, sendo assim, o preço relativo local sobe, pois a oferta local diminui, no mercado externo o preço relativo do bem produzido pelo país local diminui, pelo fato da oferta aumentar, esse mecanismo ocorre da mesma maneira inversamente, ou seja, o produto do exterior derivado do fator abundante será exportado para o país local, com isso, a oferta desse produto do país estrangeiro aumenta, isso resulta no preço relativo desse produto importado diminuir. (KRUGMAN, 2015).

Um país possui abundância em um fator em relação a outro país e exporta o produto oriundo da produção intensiva nesse fator. Uma maximização do preço do bem exportado aumenta a renda disponível para consumo do fator abundante local em relação

aos produtos comercializados internamente, enquanto uma minimização do preço do bem produzido internamente que não é exportado diminui e com isso a renda disponível para consumo do fator de produção utilizado na formação desse produto em relação aos produtos comercializados localmente acompanha o ritmo de minimização. Com o comércio, o fator de produção abundante ou o fator que tem maior oferta internamente é beneficiado em detrimento do fator escasso, dessa forma o comércio internacional influencia na distribuição de renda até mesmo no longo prazo. (KRUGMAN, 2015).

Em economias desenvolvidas onde a produção intensiva é no fator de produção abundante mão de obra qualificada e o fator escasso é a mão de obra menos qualificada, o comércio internacional tende a maximizar a desigualdade social, pois a economia desenvolvida tende a importar produtos com menor valor agregado, esse mecanismo aumenta a concorrência interna dos produtos que a mão de obra menos qualificada interna produz, com isso, as remunerações relativas se distanciam no próprio país desenvolvido, pois os preços dos produtos oriundos da mão de obra qualificada aumentam internamente e os preços dos produtos oriundos da mão de obra menos qualificada diminuem. (KRUGMAN, 2015).

Para que a equalização de preços do modelo ocorra na realidade, é preciso que as tecnologias sejam as mesmas, o livre comércio gere os preços equalizados nos países, e os países produzam as mesmas mercadorias, entretanto, os países não possuem a mesma tecnologia na produção, isso reflete nos salários relativos internos, além disso, não há uma plena convergência de preços através do livre comércio, pois na realidade, existem barreiras comerciais, como taxas de importação e os países não produzem as mesmas mercadorias, assim sendo, entre muitos países não é possível o intercâmbio perfeito entre produtos derivados de fatores abundantes. (KRUGMAN, 2015).

Ocorre em alguns países, em determinados setores, em períodos de tempo, o paradoxo de Leontief que consiste em um país com vantagem comparativa em algum fator não exportar mercadorias derivadas desse fator de produção mais do que a quantidade de mercadorias importadas, porém, quando percebe-se mais evidências empíricas do modelo de Heckscher - Ohlin, assim sendo, o paradoxo de Leontief é considerado uma anomalia estatística. (KRUGMAN, 2015).

No comércio entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos percebe-se fortemente o modelo de Heckscher – Ohlin na realidade, países com mão de obra mais

qualificadas exportam para os países com menos mão de obra qualificadas produtos derivados desse fator. E quanto mais no decorrer do tempo um país aumenta a mão de obra qualificada, mais exporta produtos derivados desse fator, que maximiza a renda internamente, ou seja, entre países de polos opostos, o país periférico exportará muito mais produtos primários para o país central, e no comércio entre países do polo central predomina-se as trocas de produtos com maior tecnologia inseridos, pois, a mão de obra qualificada entre os países é o fator de produção intensiva. Essas diferenças são percebidas no comércio entre os Estados Unidos e países subdesenvolvidos e entre os Estados Unidos e países com economias ricas da Europa, a mudança desse paradigma é percebido na relação comercial entre os Estados Unidos e a China. (KRUGMAN, 2015).

Outros fatores de produção estão presentes na realidade do comércio internacional, como por exemplo os recursos naturais, observou-se que desde o fim dos anos oitenta no Brasil, o país iniciou uma tendência de exportar mais produtos derivados de recursos naturais, fator esse que é abundante no Brasil em relação ao resto do mundo, observou-se uma minimização de importações de bens oriundos de recursos naturais estrangeiros e uma tendência de aumento de importação de produtos derivados de capital intensivo exterior. (HIDALGO, 2013).

### **3 COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

#### **3.1 A Relação da Discussão Sobre Desenvolvimento Econômico com o Comércio Internacional sob a Perspectiva Estruturalista**

Para Pereira (2010), entre 1930-1970 alguns países subdesenvolvidos da América Latina obtiveram altas taxas de crescimento econômico, derivadas do processo de industrialização, esse processo nesses países originou a teoria estruturalista. Essa teoria foi a base teórica para as políticas desenvolvimentistas.

De acordo com Souza (1997), para alguns teóricos a variável que pode explicar uma boa parte do subdesenvolvimento de muitos países é a antiga relação entre metrópole e colônia, na qual a metrópole possuía domínio sobre as relações comerciais das colônias subjugadas. A falta de resposta do mercantilismo para a questão do desenvolvimento da sociedade como um todo, incluindo a distribuição da riqueza nacional, impulsionou o surgimento dos fisiocratas e liberais, essas ideias começaram a ter relevância quando Adam Smith publicou a obra riqueza das Nações em 1776, na qual o autor desenvolveu um pensamento econômico com o intuito de explicar a formação do crescimento de um país.

Para Souza (1997), em 1911 na obra Teoria do Desenvolvimento Econômico do Joseph Schumpeter, foi feita a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, o crescimento econômico ocorre quando as variáveis econômicas estão limitadas ao fluxo circular da renda, com a inovação tecnológica esse ciclo é rompido e o desenvolvimento de uma nação é permitido, pois, a inovação ocasiona os lucros extraordinários, com os empresários e a função do crédito como financiador do desenvolvimento.

Segundo Souza (1997), com o surgimento das crises econômicas derivadas do desenvolvimento do capitalismo, ficou perceptível a diferença entre os países ricos e os países pobres, e até mesmo nos países ricos, a concentração de renda se tornou algo visível entre as classes sociais, isso impulsionou a ligação do desenvolvimento econômico e distribuição de renda, pois, nos ciclos econômicos quando há recessão, as classes mais baixas que compõem maior parte da população de um país, é a que mais sofre os impactos

das oscilações do mercado, isso ocasiona uma instabilidade que prejudica o desenvolvimento de uma sociedade, daí surge o papel estatal com políticas anticíclicas, então, o desenvolvimento pode ser entendido como algo concreto, que atinge todos os grupos sociais de um país. Após o surgimento do indicador renda per capita, surgiu o conceito de país subdesenvolvido, que vai além do conceito de país pobre, pois se baseia em outros indicadores que surgiram posteriormente, como taxa de natalidade, taxa de analfabetismo, taxa de mortalidade infantil, instabilidade política.

Para Souza (1997), após a segunda guerra mundial, os países subdesenvolvidos que eram cerca de 2/3 da população mundial, começaram a exigir auxílio econômico dos países desenvolvidos. Com o desenvolvimento da macroeconomia, foi percebido que a questão do desenvolvimento econômico é um fator de longo prazo, e a variável subdesenvolvimento é derivada da expansão oligopolista do capitalismo.

Segundo Souza (1997), com a acumulação dos estudos sobre desenvolvimento econômico, surgiu a teoria de cunho majoritário marxista, que consiste na ideia da intensificação do subdesenvolvimento, ser derivado da desigual divisão internacional do trabalho, na qual, a força de trabalho é fortemente ativa nos países periféricos, gerando assim uma distância entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, isso implica na variável influência política, como um fator fundamental na estrutura econômica do mundo. Já para os economistas ortodoxos, a causa principal do subdesenvolvimento é a escassez de capital, essa discussão gerou medidas comumente aceitas, como importantes para o desenvolvimento de um país, é o exemplo da taxa de poupança interna e afluxo de capitais.

De acordo com Souza (1997), os economistas da América Latina, a partir da década de cinquenta do século XX, sistematizaram críticas a divisão internacional do trabalho com o objetivo de, através dessas críticas, obter uma mudança real no cenário internacional de exportações e importações, nessa perspectiva a teoria das vantagens comparativas clássica consiste na base do persistente estado de subdesenvolvimento dos países pobres.

Para Souza (1997), a necessidade por melhor qualidade de vida nos países periféricos foi um dos incentivo para discussões sobre o desenvolvimento econômico, com isso houve uma mudança no comércio internacional, no qual alguns países

periféricos como o Brasil, iniciaram o processo de industrialização com a política da substituição de importações.

Segundo Souza (1997), o contexto do início do século XX foi propício para o foco ser voltado para as exportações, já que nesse período da história houve duas guerras mundiais, isso resultou em importações mais caras. Após o final da Segunda Guerra Mundial, os países centrais passaram por um processo de reconstrução, isso restabeleceu o poder desses países no comércio internacional, isso dificultou o processo de substituição de importações, por parte dos países da América Latina. Após o fim da União Soviética, o domínio da economia mundial ficou estabelecido sob o poder dos Estados Unidos, Europa e Japão. Com a ascensão de algumas economias asiáticas, principalmente a China, questiona-se a possibilidade de existir novas condições para o processo de substituição de importações entre os países sul-americanos, considerando a possibilidade desses países possuírem condições para se voltarem para o mercado externo.

Segundo Souza (1997), existem dois grupos de entendimento sobre o conceito de desenvolvimento econômico, o primeiro considera como idênticos crescimento e desenvolvimento, esse grupo tem fundamentos teóricos, os neoclássicos estão inclusos nessa perspectiva, o segundo possui fundamentos empíricos e considera o crescimento como parte importante do processo de desenvolvimento de um país, mas não são sinônimos, economistas como Lewis e Myrdal estão inclusos nesse segundo grupo de economistas, essa segunda perspectiva entende crescimento como o aumento quantitativo da riqueza de um país, e desenvolvimento como o aumento qualitativo nas instituições e na qualidade de vida da população de um país. O segundo grupo defende a ideia de que a perspectiva de distinguir crescimento de desenvolvimento é o caminho para a modernização de uma economia, na qual o crescimento econômico é constante, isso é impulsionado pelo aumento da produtividade e melhoria de indicadores sociais

Para Souza (1997), no viés de desenvolvimento além de crescimento econômico, há a ampliação do comércio exterior do país por causa da inserção de produtos manufaturados na cadeia produtiva além do fortalecimento do mercado interno, isso gera o aumento da renda média da população que resulta na maximização do consumo por parte das famílias, mas para isso ocorrer, o crescimento de um país tem que ser maior que a expansão demográfica. Quando ocorre o crescimento econômico inferior ao crescimento demográfico, isso indica o processo de subdesenvolvimento de um país.

Segundo Furtado (2005), somente a industrialização de um país não é garantia da plena incorporação do progresso técnico na economia nacional, já que, no processo de industrialização dos países periféricos, permanece uma dependência dos países centrais, visto que, a industrialização não é baseada em economias de escala com alto grau de tecnologia, mas, em um processo menos tecnológico, pois, parte significativa do processo dessa industrialização consiste em ser apenas uma continuação mais operacional da cadeia produtiva dos países centrais, pois, os países centrais migram essa parcela do processo produtivo para os países periféricos, com o objetivo de alcançar mão de obra mais barata.

Portanto, a industrialização nesse modelo não é garantia de um desenvolvimento econômico, pois, a população dos países periféricos continuam convivendo com problemas estruturais, como por exemplo a inflação. Diante disso, os países periféricos podem desenvolver centros nacionais de decisões válidos, com o intuito de definir a industrialização nacional para objetivos internos, com isso, é possível um desenvolvimento mais tecnológico da indústria periférica, ou seja, uma industrialização autônoma e passível de uma melhor distribuição.

De acordo com Souza (1997), a iniciativa privada é um importante agente econômico para o crescimento de um país, no entanto, a função estatal de ofertar infraestrutura e serviços básicos são importantes para que os indicadores de desenvolvimento sejam satisfeitos, além disso, o Estado deve implementar formas eficientes de regulação do comércio com outros países com o objetivo de diminuir entraves para a maximização do bem estar interno, isso pode ser mensurado através da otimização de indicadores como aumento da alfabetização, baixa da mortalidade infantil, aumento da renda média das classes mais baixas, aumento de expectativa de vida, diminuição da fome.

Segundo Souza (1997), durante o processo de desenvolvimento, o mercado interno aumenta, o mercado de subsistência diminui e o mercado externo tem menor parcela no produto interno do país em desenvolvimento, no início desse processo o setor agrícola exporta mais do que importa, no entanto, há déficit interno nas transações com o setor interno industrial, esse déficit é financiado pelo superávit com o mercado externo. O setor industrial tende a ter déficit em relação ao mercado externo por causa do aumento de importação de bens de capital, esse déficit é financiado pelo superávit nas transações com o mercado interno agrícola, essa relação resulta no equilíbrio da balança comercial

do país, pois o superávit das exportações/importações agrícolas é igual ao déficit das exportações/importações industriais, nesse modelo o setor rural no início do processo de desenvolvimento de um país financia o crescimento do setor industrial.

De acordo com Souza (1997), um fator fundamental para que o setor agrícola cresça para financiar o setor industrial no início do processo de desenvolvimento é como os produtos primários estão precificados no comércio internacional, se não há externalidades negativas causando choques de oferta ou de demanda, o modelo de mudança estrutural tende a retratar a realidade.

Para Souza (1997), para que ocorra o desenvolvimento de um país é necessário que haja diversificação nos produtos exportados, caso haja uma concentração, e ela seja em produtos com preços que oscilam significativamente, ocorre crises internas que prejudicam o processo de desenvolvimento do país. Países que adotam o modelo estruturalista como fundamento de políticas econômicas tendem a usar medidas protecionistas para proteger a indústria nascente nacional da concorrência dos produtos importados, além de forte investimento em tecnologias no mercado interno, com o intuito de acelerar o processo de desenvolvimento, para não depender apenas das exportações agrícolas no início, com um forte investimento, o mercado interno é maximizado através de economias de escala e aumento da produtividade.

De acordo com Souza (1997), a base exportadora diversificada é um fator de fundamental importância para o crescimento de um país periférico, é esse fator que dinamiza a economia local, que rompe o ciclo de subdesenvolvimento. O alto nível de industrialização do país periférico é a segunda etapa do processo de desenvolvimento, sendo considerado assim por esse modelo, como uma consequência e não a causa.

Segundo Souza (1997), um fator que dificulta o desenvolvimento de um país, são os pontos de estrangulamento, que em suma, significam as problemáticas para maximizar e diversificar as exportações e eliminar a concentração de renda, algumas medidas estatais no início do processo de desenvolvimento, que podem ser utilizadas para mitigar esses pontos de estrangulamento são: intervenção no mercado cambial, crédito facilitado para o mercado interno ter condições de exportar bens manufaturados e forte investimento em infraestrutura. Em momentos avançados do processo de desenvolvimento, os pontos de estrangulamento são derivados da ineficácia da política de substituição de importações em alguns setores do mercado interno de um país.

As exportações na maior parte dos casos observados não crescem no mesmo ritmo das importações nos países que saem do estado de economia de subsistência para o estado de economia industrializada, pelos seguintes motivos, normalmente a política utilizada nesse processo é a política de substituição de importações, e com o aumento do ritmo de exportações, isso maximiza a renda interna, com isso, há uma natural maximização de bens importados. (SOUZA, 1997)

## **3.2 Exemplos Históricos da Relação do Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico**

### **3.2.1 Pauta Exportadora**

A pauta exportadora foi o fundamento do desenvolvimento de muitos países, como a Inglaterra, os Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Canadá, Japão, Coreia do Sul, no início a agricultura era a fonte dos produtos exportados, mas a mudança para os produtos manufaturados é conhecida como quase inevitável na história dos países desenvolvidos, esses produtos no decorrer do tempo cada vez mais obtêm valor agregado derivado das inovações tecnológicas. (SOUZA, 1997).

A obra A Riqueza das Nações de Adam Smith publicada em 1776 foi uma resposta para o protecionismo mercantil britânico. Para Smith, esse protecionismo desacelerava o crescimento de várias empresas inglesas, as tornando ineficientes, pois essas indústrias já não precisavam ser protegidas de concorrentes estrangeiros, pois, já estavam consolidadas no mercado internacional. (CHANG, 2009).

O protecionismo inglês persistiu por quase todo o século dezenove como âncora para o desenvolvimento econômico britânico. O protecionismo também foi um instrumento utilizado por outra potência mundial, os Estados Unidos, esses e outros países conhecidos como defensores do livre comércio não utilizaram o livre comércio no princípio de seus respectivos desenvolvimentos econômicos, suas indústrias nascentes eram fortemente protegidas dos concorrentes internacionais, para dessa forma alcançar patamares elevados para as suas exportações no comércio internacional. (CHANG, 2009).

A Revolução Industrial que teve o seu início na Inglaterra e posteriormente alcançou outros países europeus, os Estados Unidos e o Japão, pode ser considerada como um divisor de águas na história do desenvolvimento econômico mundial, essa revolução teve como motor propulsor as inovações tecnológicas que maximizaram a produtividade industrial, com isso houve o aumento da oferta de bens de capital e bens finais, alavancando assim a taxa de emprego urbano, contudo, no curto prazo não houve mudanças na qualidade de vida dos trabalhadores. (SOUZA, 1997).

### **3.2.2 Desenvolvimento na Inglaterra**

No decorrer do século XVIII, os avanços tecnológicos alcançaram a produção agrícola inglesa, aumentando assim a produtividade nesse setor. Na Inglaterra do início do século XIX a taxa de mortalidade declinou, isso derivou da melhoria do saneamento básico, com o avanço nas construções de canais e ferrovias, ocorreu uma diminuição de custos de transporte e uma integração regional interna, isso acarretou na maximização de locais e produtos com vantagem comparativa, ou seja, no mercado interno inglês ocorreu uma consolidação e aumento da produtividade como um todo, no decorrer do tempo houve alguns avanços no bem estar social. (SOUZA, 1997).

O crescimento econômico inglês foi superior ao crescimento populacional, isso é observado na primeira metade do século XIX, na qual a renda per capita maximizou aproximadamente 25%, isso pode ser explicado em parte pela emigração inglesa para as colônias, mas a variável mais significativa foi o aumento exponencial da produtividade industrial entre os séculos XVIII e XIX, essa emigração inglesa foi fundamental para o aumento das exportações dos produtos manufaturados ingleses para as colônias, já que os emigrantes continuavam com boa parte dos hábitos de consumo e por isso, importavam os produtos da Metrópole, isso resultou em um aumento significativo do comércio exterior da Inglaterra, derivando disso a divisão do trabalho e o aumento das economias de escala que minimizaram os preços e elevaram os salários reais. (SOUZA, 1997).

O Estado foi fortemente presente no desenvolvimento da Inglaterra, com uma regulamentação comercial protecionista, com o objetivo de continuar surgindo e preservando novos mercados, dentre as inovações inglesas, pode-se citar a máquina a

vapor e o aço, a proteção a essas e outras inovações permitiram o avanço contínuo do crescimento econômico, no entanto, no século XX, o crescimento inglês derivado do comércio exterior diminuiu por causa do aumento da concorrência no comércio internacional, após a Primeira Guerra Mundial, a potência comercial no mundo já não era a Inglaterra, mas sim os Estados Unidos, que tiveram sua indústria maximizada no período da Guerra (1914-1918). (SOUZA, 1997).

No período entre a primeira guerra e a grande crise de 1929, as exportações inglesas declinaram fortemente, com a crise de 1929, a medida utilizada para manter a Inglaterra como país exportador foi a desvalorização da moeda local, mais políticas protecionistas e acordos comerciais com as ex-colônias, porém, essas medidas foram insuficientes para a Inglaterra voltar a ser a potência econômica mundial, pois, na década de trinta, países emergentes iniciaram o processo de desenvolvimento econômico, com a implementação da política de substituição de importações, a concorrência no mercado internacional aumentou.

Com a Segunda Guerra Mundial, a economia britânica piorou mais ainda. Após a Segunda Guerra, considera-se como necessário para a recuperação econômica, o aumento em 40% das exportações para o financiamento das importações de bens de capital, isso foi possível por causa da influência inglesa na Índia e Paquistão. (SOUZA, 1997).

Mesmo com a recuperação após a Segunda Guerra, a Inglaterra passou por um processo de desindustrialização, pois perdeu parte significativa da competitividade nos mercados externos, isso acarretou na minimização da produtividade interna, gerando assim, a diminuição das exportações e importações britânicas, essa perda de parcela do comércio internacional se intensificou no decorrer do século XX, no qual a Inglaterra obteve crescimento econômico mais lento do que outras potências mundiais. (SOUZA, 1997).

### **3.2.3 Desenvolvimento nos Estados Unidos**

Segundo Furtado (2005), O Sul dos Estados Unidos produziram mercadorias com características tropicais, formaram assim, concorrência ao Brasil na exportação para

a Europa. Os primeiros colonos ingleses do norte dos Estados tiveram dificuldades para se desenvolver economicamente, pois, as mercadorias produzidas no norte não possuíam a demanda europeia como as mercadorias meridionais, já que não possuíam características tropicais, as mercadorias setentrionais possuíam as mesmas características que as mercadorias produzidas na Europa, além disso, a mão de obra europeia era de baixo custo com salários para subsistência e o custo de transporte das mercadorias era fortemente elevado.

O desenvolvimento econômico do norte dos Estados Unidos, foi fomentado inicialmente por uma economia voltada para o mercado interno, com o mínimo possível de importações, no decorrer do tempo a indústria de produção naval do norte dos Estados Unidos se destacou no comércio internacional, por causa da abundante quantidade de madeira, além da destilação de bebidas alcoólicas.

A revolução nos transportes, o alto nível de exportação agrícola e as inovações tecnológicas foram fatores que permitiram o desenvolvimento econômico americano. Como em outros países, o lucro das exportações do setor agrícola financiaram as importações de bens de capital para maximizar o desenvolvimento econômico, pois, foi o aumento de capital externo que ofereceu condições para o mercado interno crescer e com isso a arrecadação do Estado maximizou, essa receita financiou investimentos públicos, como investimentos em infraestrutura, isso contribuiu para o aumento contínuo da competitividade dos Estados Unidos na economia internacional, ou seja, os Estados Unidos se tornou o maior exportador do mundo. (SOUZA, 1997).

Um exemplo de forte base exportadora americana que financiou as importações de bens de capital, foi a exportação de algodão no século XIX, que foi responsável por 57% das exportações americanas em 1860. A base exportadora americana se tornou diversificada, além do algodão, exportavam madeira, ferro, carvão mineral, alimentos, com essa base forte, o mercado interno cresceu e houve o crescimento da malha ferroviária, que foi responsável por manter custos mais baixos no processo de desenvolvimento industrial americano. No início da industrialização, os americanos copiaram a tecnologia britânica, mas posteriormente desenvolveram as próprias tecnologias nos diversos setores econômicos. As inovações americanas foram os fundamentais no processo de industrialização dos Estados Unidos, pois essas inovações fomentaram a maximização da produtividade dos fatores de produção. (SOUZA, 1997).

Uma das principais intervenções estatais no desenvolvimento econômico americano, foi o investimento no sistema de transportes, que no século XVIII era precário, dependendo de rios e tração animal, os investimentos foram focados nas três principais formas de transporte até então, a rodoviária, a ferroviária e a fluvial, esse processo facilitou o comércio interno, tornando assim a economia americana dinâmica. A revolução agrícola foi outro momento importante na história do desenvolvimento econômico americano, essa variável também teve forte investimento estatal no aumento de áreas irrigadas, maximizando assim as terras férteis para a agricultura e para a produção de energia elétrica. O resultado desse desenvolvimento de vários setores no século XIX foi a multiplicação das exportações e importações americanas, entre 1910-1920 as exportações maximizaram 372% e as importações maximizaram 239%. (SOUZA, 1997).

Na crise dos anos trinta, o Estado se fez mais presente nas intervenções, com o intuito de retirar o país da crise econômica, essa maior intervenção estatal ficou conhecida como New Deal, que consistiu na ampliação dos gastos públicos para gerar renda e diminuir a taxa de desemprego. (SOUZA, 1997).

Em 1880 o principal fator do crescimento dos Estados Unidos era a agricultura, mas já no final do século XIX isso foi se modificando, em 1955 as exportações de produtos industrializados consistia em 76% das exportações americanas. Outro fator importante foi a formação bruta de capital físico, que na primeira metade do século XX aumentou 20%. Além do governo federal que investiu na infraestrutura, transportes, na abertura de mercados para o exterior, outros agentes econômicos influenciaram no desenvolvimento americano, bancos de captação, o mercado de ações e o investimento do exterior. Em 1914, 22,5% dos investimentos do mundo estavam nos Estados Unidos, porém esse cenário se inverteu, já que em 1955 os americanos eram os maiores investidores diretos do mundo, com foco no Canadá e América Latina, com destaque ao investimento em extração de petróleo. A partir dos anos sessenta, os Estados Unidos sofreram o mesmo que os britânicos no início do século XX, começaram a perder mercado para outros países que entraram forte na economia internacional, como por exemplo o Japão. (SOUZA, 1997).

### 3.2.4 Desenvolvimento no Japão

O Japão carece de terras férteis, porém é um forte produtor mundial de pescados, outra carência histórica japonesa é em recursos minerais como o petróleo. A estrutura social japonesa antes da revolução industrial era isolacionista, isso prejudicou o país no comércio internacional. A expansão comercial americana influenciou na mudança da perspectiva japonesa para com o mundo, em 1854 foi feito o primeiro tratado comercial entre os dois países, no qual dois portos japoneses se abriram para comercializar com os americanos, com isso outros países europeus conseguiram comercializar com o Japão, entre eles, a Inglaterra. A mudança de forma de governo japonês intensificou a comercialização com o Ocidente, porém isso não teve impactos na qualidade de vida da população japonesa. (SOUZA, 1997).

A economia japonesa começou o seu desenvolvimento sob um governo centralizador do imperador no final do século XIX, a partir de então, foram fundadas estatais para ditarem o ritmo das exportações e importações. A ocidentalização japonesa foi aceita no sentido de permitir a aprendizagem com os países desenvolvidos, porém o temor de ser colonizado fez esse processo ser lento. (SOUZA, 1997).

O desenvolvimento japonês no século XIX foi centrado no Estado, que passou a investir principalmente em infraestrutura e na educação pública, uma alta carga tributária sobre as terras, foi uma das fontes para o financiamento dos investimentos públicos e para a compra de bens de capital ocidentais. Com o fim do feudalismo, o Japão começou a se tornar capitalista nos moldes ocidentais. Paralelo ao forte investimento em infraestrutura, houve uma forte inflação, pois a arrecadação tributária foi insuficiente para financiar os gastos públicos e com isso o governo emitiu mais moedas. (SOUZA, 1997).

O Estado Japonês investiu de forma maciça em indústrias de aço, papel, vidro entre outras, além da ampliação da indústria de siderurgia, construção naval etc. Mesmo sem vantagem comparativa na agricultura, o Estado investiu na irrigação das terras e em tecnologias agrícolas inovadoras do Ocidente, já para a integração do mercado interno, o Estado investiu na navegação a vapor. A partir de 1882, o governo decidiu privatizar muitas estatais com o objetivo de dinamizar a industrialização japonesa. O crescimento populacional na segunda metade do século XIX foi uma consequência de curto prazo, derivado do crescimento econômico, já que com a abertura comercial japonesa, houve o

aumento das importações de alimentos, esse crescimento acelerado populacional resultou em uma forte migração japonesa para outros países, um dos destinos dos emigrantes japoneses foi o Brasil. (SOUZA, 1997).

Após o Japão vencer duas guerras, uma contra a China e outra contra a Rússia, o Japão alcançou a condição de potência mundial, pois com as vitórias conquistou territórios e com isso foi possível a exploração de mais recursos naturais. O crescimento industrial japonês ocasionou um crescimento exponencial de empregos, entre 1889-1899 o número de japoneses empregados saiu de 10 mil para 423 mil. Durante o processo de industrialização japonês, as pequenas empresas não faliram, isso foi distinto do crescimento inglês e americano, no Japão as pequenas empresas serviram como auxiliares das grandes empresas no fornecimento de pequenas peças. (SOUZA, 1997).

A industrialização japonesa entre 1914-1938 multiplicou por seis vezes, mesmo com uma guerra mundial, uma pandemia e uma crise econômica global. O principal financiamento das importações de bens de capital para a indústria foram as exportações. A balança comercial japonesa no período de desenvolvimento econômico caracterizou-se como superavitária. Como no caso da Inglaterra e dos Estados Unidos, percebeu-se que a maximização das exportações incentivou o aumento da industrialização do mercado interno. (SOUZA, 1997).

O lado belicoso e imperialista japonês prejudicou o pleno desenvolvimento econômico, o aumento dos gastos públicos com armamentos de guerra e o envolvimento com a Alemanha teve como resultado a destruição do Japão na Segunda Guerra Mundial. Para o Japão não bastava conquistar novos mercados para suas manufaturas, a influência japonesa deveria ser a dominante por toda a Ásia. A derrota na Segunda Guerra foi um forte golpe na economia japonesa, pois o país perdeu territórios, foi desmilitarizado e ficou sob forte influência ocidental. (SOUZA, 1997).

Com a derrota japonesa na Segunda Guerra, o crescimento industrial sofreu o impacto da derrota da Segunda Guerra, em 1955 o Japão retomou o crescimento, essa retomada foi fundamentada nos conglomerados industriais e na importação de bens de capital. O Japão se tornou o maior exportador mundial de vários tipos de fios e tecidos sintéticos. Entre 1955-1970 as taxas de crescimento anual eram altas, a âncora desse crescimento foram as inovações tecnológicas aliadas com políticas econômicas que incentivavam o surgimento das inovações. Entre 1980-1993, após a crise econômica

mundial dos anos setenta, os indicadores de desenvolvimento econômico japonês se destacaram no mundo, como alta expectativa de vida e o PIB per capita. (SOUZA, 1997).

O modelo japonês de se voltar para fora serviu como exemplo para outros países asiáticos que ficaram conhecidos como tigres asiáticos, como por exemplo Taiwan e Coreia do Sul. (SOUZA, 1997).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar algumas teorias econômicas sobre comércio internacional, considerando a correlação dessas teorias com o processo de desenvolvimento econômico de um país. No primeiro capítulo, foi exposta a teoria das vantagens comparativas ricardianas e seu desenvolvimento na teoria econômica, essa teoria como foi vista, foi por muito tempo a principal teoria para explicar a relação do comércio internacional com o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento sob a perspectiva das vantagens comparativas, é conduzido sem a forte presença estatal. O Estado atua em pontos necessários para a conservação da plena atividade do mercado, ou, em setores não desejados pela iniciativa privada, conservando assim, as condições naturais ou adquiridos de cada país com seu respectivo potencial para expandir a produção e comércio exterior.

No segundo capítulo foi exposta a teoria da deterioração dos termos de troca, que consiste em uma crítica ao modelo de vantagens comparativas, baseando-se no fraco desenvolvimento econômico da América Latina, ou seja, essa perspectiva correlaciona a diferença histórica do desenvolvimento entre os países centrais e periféricos, com o vasto período de tempo, no qual, os países periféricos pautaram o desenvolvimento local, sob a ótica liberal e não sob uma ótica mais estatal e protecionista. Nessa etapa do trabalho é fundamentada a crítica ao desenvolvimento econômico pautado nas vantagens comparativas, baseando-se no argumento de Hobsbawn (2002) do liberalismo alcançar o equilíbrio no plano geral, mas não o equilíbrio no plano específico.

Ainda no segundo capítulo, é exposta uma explanação sobre o modelo de Heckscher-Ohlin, que consiste em uma análise do processo de produção para a exportação do produto local intensivo no fator abundante, e na importação de produtos que não podem ser produzidos de forma intensa no mercado local, pelo motivo desse produto ser baseado em um fator escasso, esse modelo, é uma sofisticação do modelo de vantagens comparativas.

No terceiro capítulo é exposta uma breve explanação sobre o estruturalismo como uma possibilidade mais ampla para o desenvolvimento econômico de um país, abordando aspectos além dos financeiros. Na terceira parte desse trabalho, também é

exposto uma série de exemplos históricos de nações que tiveram processos distintos de desenvolvimento, mas, que possuem a convergência da influência estatal nesse processo, alguns de forma mais intensa, outros de forma mais moderada.

Nesta etapa do trabalho é consolidada a crítica feita ao desenvolvimento econômico pautado nas vantagens comparativas, mas, usando os argumento de Furtado (2005), é exposta a perspectiva da solução para a problemática da deterioração dos termos de troca não ser apenas uma industrialização local, mas que essa industrialização nos países periféricos seja organizada por centros nacionais de decisão válidos, que conduzam a industrialização para atingir os objetivos locais com efetividade e assim incorporar o progresso técnico.

A falta de consonância entre a teoria das vantagens comparativas com a realidade histórica do desenvolvimento das economias locais é o motivo para a discussão histórica que ocorre ao longo do tempo entre a teoria do livre comércio e a crítica cepalina, já que através de uma análise de como ocorreu o desenvolvimento das economias nacionais, é constatado contradições entre a análise positiva liberal com a análise normativa da perspectiva do comércio internacional sob o livre comércio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Estevão Kopschitz Xavier. **Termos de Troca, Ganhos de Comércio e Crescimento da Renda Interna Bruta Real no Brasil de 1948 a 2014**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, julh. 2016.

BLACK, Clarissa. **Termos de Troca e Crescimento Econômico no Brasil**. Ind. Econ, FEE, v.45, n. 4, p. 27-40, 2018.

BRAGA, Helson C. **Produtividade e Vantagens Comparativas Dinâmicas na Indústria Brasileira: 1970-1983**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n.140, junh. 1988.

CHANG, Ha-Joon. **Maus Samaritanos: O Mito do Livre-Comércio e a História Secreta do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COLISTETE, Renato Perim. **O Desenvolvimentismo Cepalino: Problemas Teóricos e Influências no Brasil**. Estudos Avançados, v. 15, n. 41, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. **Tendências dos Termos de Troca: A Tese de Prebisch e a Economia Brasileira – 1850/1979**. Pesquisa Plano Econômico, v. 12, n. 1, p. 109-132, 1982.

HIDALGO, Álvaro Berrantes. **Mudanças na Estrutura do Comércio Exterior Brasileiro: Uma Análise Sob a Ótica da Teoria de Heckscher-Ohlin**. Estudos Econômicos, v. 43, n. 1, p. 79-108, jan-marc. 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ISTAKE, Márcia. **Comércio Exterior e Interno do Brasil e das Suas Macrorregiões: Um Teste do Teorema de Heckscher-Ohlin.** Piracicaba, 158, junh. 2003.

KRUGMAN, Paul R. **Economia Internacional.** 10ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

MANKIW, Gregory N. **Introdução à Economia.** 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina.** Handbook of Latin American Economics, Oxford University Press, p. 108-129, nov. 2010.

PREBISCH, Raul. **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

REDDING, Stephen. **Dynamic Comparative Advantage and the welfare effects of trade.** Oxford Economic Papers, v.51, p. 15-39, 1999.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Deterioração dos Termos de troca e Industrialização Protegida: O Pioneirismo de Simonsen.** Geosul, Florianópolis, v.35, n.74, p.106-131, jan./abr.2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, Heloisa Conceição Machado. **Deterioração dos Termos de Intercâmbio, Substituição de Importações, Industrialização e Substituição de Exportações: A Política de Comércio Exterior Brasileira de 1945 a 1979.** Revista Brasileira Política Internacinal, v. 46, n. 1, p. 39-65, 2003.

SILVA, Julio Castro Alves de Lima e. **Um Novo Olhar Sobre um Antigo Debate: A Tese de Prebish-Singer é, Ainda, Válida?** Economia Aplicada, v. 20, n. 2, p. 203-226, 2016.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 1997.